
G4S, a ocupação israelense na Palestina e a emergência do G4S no Brasil

INTRODUÇÃO

A multinacional G4S é a maior empresa mundial no ramo de segurança e, com mais de 700 mil empregados efetivos, é a terceira maior empregadora do setor privado. Com sede na Inglaterra, a companhia britânico-dinamarquesa opera em mais de 125 países, oferecendo serviços de segurança para aeroportos, complexos governamentais, penitenciárias, além de remoção de minas terrestres e consultoria. Em decorrência de uma série de fusões na última década, o tamanho, o alcance e as atividades da G4S tornam-se preocupantes porquanto a empresa emerge **como uma força policial privada** em muitos países, atuando em áreas de competência estatal, como a polícia civil.

A ascensão da G4S explicita dois dos mais brutais aspectos do capitalismo neoliberal e do apartheid israelense: a ideologia da “segurança” e a crescente privatização de setores tradicionalmente estatais. Segurança, nesse contexto, não implica seguridade para todos. Atentando-se para os maiores clientes da G4S Segurança (bancos, governos, conglomerados etc), fica evidente que, adotando como slogan “Protegendo seu mundo”, a empresa refere-se à proteção da exploração, repressão, ocupação e racismo. **Aqueles que não possuem o capital, ou o poder, não são dignos de proteção. Para além, a G4S os trata como a ameaça contra a qual defende seus clientes.**

Apesar de signatária do Pacto Global da ONU em 2011, pelo qual compromete-se a defender os direitos humanos em suas operações, a G4S é cúmplice em muitas violações destes mesmos direitos. Exemplos de tais violações, na Palestina e no exterior, são apresentados abaixo.

G4S: SUBCONTRATANTE DA OCUPAÇÃO ISRAELENSE

Na Palestina Ocupada, em particular, a G4S está envolvida em abusos dos direitos humanos e violações da lei internacional por fornecer serviços de segurança e custódia para a Força de Ocupação Israelense (IOF). Por meio de seu braço em Israel (Hashmira) a G4S fornece:

- equipamentos, incluso máquina de digitalização e scanners corporais, para os checkpoints e terminais israelenses na Faixa de Gaza e na Cisjordânia
- sistema de segurança para a base israelense blindada de Nachshonim

- (operacionaliza) todo o sistema de segurança da prisão de Ktziot, o centro de controle da prisão de Megido e os serviços de segurança da prisão de Damon.
- Ktziot, Megido e Damon, penitenciárias localizadas em Israel, são complexos de encarceramento destinados aos presos políticos palestinos.
- a G4S Israel explicita em seu website que opera em penitenciárias onde são mantidos “security prisoners”, os presos políticos palestinos.
- sistema de defesa periférica nos muros que cerceam a penitenciária de Ofer, operando o centro de controle de todo o complexo carcerário de Ofer.
- Ofer é uma peninteciária israelense, localizada na Cisjordânia, nas proximidades do assentamento Givat Ze'ev.
- a população encarcerada em Ofer é de mais de 1500 presos políticos palestinos. O complexo abriga uma corte militar onde são julgados, diariamente, os palestinos detidos na Cisjordânia.
- serviços de segurança para empresas em assentamentos ilegais, inclusos equipamentos e segurança individual para lojas e supermercados nos assentamentos de Modi'in Illit, Ma'ale Adumim, Har Adar, na Cisjordânia, e assentamentos próximos à Jerusalém oriental¹

Os registros de Israel, no concernente aos prisioneiros palestinos, é atroz. A maioria dos presos palestinos são julgados em cortes militares, em julgamentos injustos, nos quais as **leis militares se sobrepõem (ilegalmente) às leis internacionais e às leis de Israel**. Alguns prisioneiros palestinos não são acusados formalmente, sendo encarcerados sem qualquer julgamento. Os juízes das cortes militares israelenses são militares em serviço regular ou reserva. Muitos dos juízes serviram anteriormente como promotores militares, enquanto os promotores são soldados israelenses em serviço regular ou reserva, nomeados para o cargo pelo comandante da área. Esse sistema, contrário às normas mais básicas do processo legal, exclui os palestinos detidos pela IOF de acesso a qualquer coisa que se assemelhe a um julgamento justo.

As cooperações da G4S com o Serviço Penitenciário Israelense **violam claramente a lei internacional**. **Os artigos 49 e 76 da Quarta Convenção de Genebra**, proíbem, de forma taxativa, a transferência de população ocupada (palestinos) para o território da potência ocupante (Israel). Os palestinos são sujeitados a tortura pelas forças Israelenses e a G4S transfere palestinos para, e de, interrogatórios para centros de tortura. Essas violações da lei internacional humanitária podem ser considerados crimes de guerra. A cumplicidade da G4S em tais violações dos direitos humanos é inegável, caracterizando violação direta dos compromissos assumidos no âmbito do Pacto Global da ONU e da lei internacional.

As **operações da G4S em assentamentos ilegais** atestam seu total desrespeito pela lei internacional em prol do aumento de seus lucros. Os assentamentos israelenses em territórios palestinos são ilegais sob a lei internacional. A ONU e a Corte Internacional de Justiça, frequentemente, afirmam que **os assentamentos configuram-se como graves violações dos postulados da Quatra Convenção de Genebra**. Porém, Israel continua a construir novos assentamentos, expandindo os antigos,

roubando terras e recursos palestinos. Enquanto a **G4S** lucra com a “proteção” desses **assentamentos**, a IOF restringe o direito de livre movimentação dos palestinos, reprimindo violentamente qualquer dissidência em nome da “segurança”.

G4S: ABUSOS INTERNACIONAIS DOS DIREITOS HUMANOS

As violações de padrões básicos dos direitos humanos perpetradas pela G4S não se restringem à Palestina Ocupada, expandindo-se para as mais diversas áreas.

Afeganistão e Iraque:

Uma subsidiária da G4S – **G4S Armor Group** -, companhia de guarda-costas, beneficia-se de contratos controversos com os EUA no Afeganistão e no Iraque (adquiridos em 2008). Um ex-funcionário britânico da G4S, Danny Fitzsimmons, fora condenado a reclusão por 20 anos no Iraque após assassinar dois colegas e intentar contra a vida de um iraquiano em 2011. O senado dos EUA acusa a empresa de favorecer “uma série de senhores da guerra, fornecendo armas” utilizadas em homicídios e suborno².

Inglaterra:

Foram registradas mais de 700 queixas contra a G4S, concernentes ao tratamento de detentos. 130 foram confirmadas. Outros 48 registros contra a G4S apontam para assaltos. Críticas mais severas destinam-se ao tratamento dos detidos no Brook House Immigration Removal Centre, próximo a Heathrow³. Em 2010, após a morte de um deportado angolano, Jimmy Mubenga, impedido de embarcar em um voo de regresso para Angola, a G4S perdeu um Home Office – contrato de deportação. Em relatório, o Commons Home Affairs Committee condenou a G4S por sua conduta, afirmando que o número de queixas não reflete o número de casos de abuso perpetradas pela empresa. Outro relatório, de John Grayson, revela as atividades da G4S em South Yorkshire, condenadas academicamente⁴. Entre as propostas de licitação apresentadas pela G4S para assumir o asilo habitacional em Yorkshire, há, como parte do pacote, planos para expulsar mais de 900 famílias que requerem asilamento⁵.

Austrália:

2

3

4 Guardian 17th June 2011.

5

7

Em 2007, o Western Australia Human Rights Commission afirmou que a G4S transporta prisioneiros em uma van com temperatura interior escaldante, sem comida ou bebida. Em um caso, um dos prisioneiros, desidratado, fora obrigado a beber sua própria urina. Neste caso, a G4S foi condenada a pagar uma multa de \$500,000. Em 2008, [um homem sob custódia da G4S](#) morreu por conta do calor severo após ser transportado pelo deserto em um metal pod, na traseira de uma van. O calor excessivo o queimou gravemente, pedaços de pele foram encontrados onde houvera contato direto com o metal escaldante. A G4S fora processada, e pagou fiança de \$285,000.⁶

G4S NO BRASIL

Evidentemente, a preocupação primaz da G4S é o lucro e, por isso, seu crescimento e o aumento de seu alcance configuram-se como problemática para aqueles que defendem os direitos humanos. Nos últimos dois anos, a G4S iniciou um processo de inserção no mercado brasileiro, impulsionado pela compra da Plantech e da Instalarme, em 2010, duas companhias de segurança tecnológica, já que a G4S não poderia se inserir diretamente no mercado, por questões legais.

Sobre a compra da Instalarme, Nick Buckles, CEO da G4S, disse: *“Instalarme represents an excellent opportunity to enter the substantial and growing Brazilian security market and immediately establish our pedigree in the country...[Instalarme will] give us a strong platform from which to maximise the long-term potential of the Brazilian security market.”*⁷

A G4S expressou suas expectativas de significativo aumento nos lucros, no Brasil, em 2014 e 2016, em decorrência da Copa do Mundo e das Olimpíadas. A entrada da G4S no mercado brasileiro antecipa os contratos de segurança que pretende assinar. A G4S objetiva assinar 150 contratos de segurança relacionados a esses dois eventos⁸.

Atualmente, a G4S possui contratos de segurança com outras empresas brasileiras, incluindo:

- **Infraero** (companhia ligada ao Ministério da Defesa, responsável pelo controle de 97% do tráfego aéreo brasileira. A G4S possui um contrato de R\$ 4,9 milhões para fornecer softwares de monitoramento para o saguão de 32 aeroportos brasileiros.)⁹
- **Banco do Brasil** (maior banco do Brasil e da América Latina em ativos: R\$ 547 bilhões. Controlado pelo governo brasileiro, possui ações nas bolsas de valores brasileiras.)

6

7

8 <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/7b630510-72ef-11df-9161-00144feabdc0.html#axzz206s623d2>

8

9

1

- **Caixa** (maior instituição financeira, controlada pelo governo, da **América Latina**. É um dos maiores bancos brasileiros, e latino-americanos, em ativos, gerencia a maior parte das loterias brasileiras, em especial as mais populares como a Mega-Sena, Quina e a Loteca, antiga Loteria Esportiva)
- **Banco do Nordeste** (mais de 90% do Banco do Nordeste é gerenciado pelo Governo Federal. Responsável pelo maior programa de microfinanciamento da América do Sul, e segundo na América Latina, CrediAmigo)
- **Banrisul** (o maior [banco](#) no sul do [Brasil](#), operando, primariamente, no estado do [Rio Grande do Sul](#))
- **Bradesco** (uma das maiores instituições financeiras no Brasil. Total de ativos: R\$ 432 bilhões)
- **Ambev** (maior fábrica de cervejas da América Latina. Maior engarrafadora da Pepsi fora dos EUA)
- **Embraer** (conglomerado brasileiro fabricante de aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares. Quarta maior fabricante de aviões do mundo, relacionada à companhia bélica israelense Elbit¹⁰)
- **Petrobras** (segundo lugar na classificação das maiores petrolíferas de capital aberto do mundo. Em valor de mercado, é a segunda maior empresa do continente americano, a primeira da América Latina e a quarta maior do mundo)

G4S E O MOVIMENTO GLOBAL DE BOICOTE, DESINVESTIMENTO E SANÇÕES (BDS)

Em 2005, a sociedade civil palestina deu início a uma campanha de **Boycott, Divestment and Sanctions (BDS) – Boicote, Desinvestimento e Sanções – contra Israel, até que estado israelense cumpra suas obrigações perante a lei internacional**¹¹.

Em 17 de Abril, – Dia dos Prisioneiros Palestinos – o Comitê Nacional Palestino BDS e organizações palestinas pelos direitos humanos lançaram uma campanha BDS contra a G4S. O manifesto afirma: *“In an attempt to counter Israel’s unwillingness to change its policies and the lack of accountability for its countless human rights violations, alternative measures such as preventing participation by companies such as the G4S prove to be one of the few remaining*

10

⁷ For example see:

11

⁷ For more see:

effective steps towards pressuring Israel to comply with international law. It is time overdue to break this chain of international complicity.”¹²

Dado o potencial da G4S para monopolizar e privatizar uma vasta maioria do setor de segurança internacional, as repetidas violações dos direitos humanos perpetradas pela G4S, na Palestina e em outros lugares, faz-se necessária uma campanha imediata para dissuadir os contratantes de assinarem com essa companhia. Com a proximidade das Olimpíadas e da Copa do Mundo, eventos elitizados, de acesso restrito àqueles que possuem dinheiro para adquirir os caros ingressos, qualquer operação de “segurança” da G4S objetivará puramente a exclusão dos pobres.

Campanhas similares de boicote contra a G4S estão sendo lançadas na Europa e uma campanha internacional coesa contra essa multinacional configura-se como o meio mais efetivo de combate ao seu crescimento e influência, desafiando seu desprezo pela Lei Humanitária Internacional na Palestina e em outros lugares.

Incitamos os ativistas brasileiros para unirem-se a nós na luta não apenas contra as violações da G4S contra os direitos palestinos, mas também contra a globalização e a monopolização capitalística do setor de segurança, contra a proteção do capitalismo e de instituições estatais fraudulentas, protegidas pelo crescimento da representatividade da G4S.

Aja agora ... e não se esqueça:

O Fórum Social Mundial – Palestina Livre -, entre 28 de novembro de primeiro de dezembro, em Porto Alegre, Brasil, representará espaço potente para discussão de estratégias para o avanço das campanhas palestinas de BDS, particularmente no concernente ao caso da G4S.